

al-ulyà

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL DE LOULÉ

nº 16 2016



SEPARATA

A Intervenção Arqueológica na Rua Joaquim Manuel Mendonça Gouveia e o seu Contributo para o Estudo do Núcleo Urbano Medieval de Albufeira

João Nisa, Luís Campos Paulo e Tânia Falcão

A Intervenção Arqueológica na Rua Joaquim Manuel Mendonça Gouveia e o seu Contributo para o Estudo do Núcleo Urbano Medieval de Albufeira.

João Nisa, Luís Campos Paulo e Tânia Falcão

A Intervenção Arqueológica na rua Joaquim Manuel Mendonça Gouveia e o seu contributo para o estudo do núcleo urbano medieval de Albufeira

João Nisa - Arqueólogo. Archeo'Estudos, Investigação Arqueológica Lda. (joao@archoestudos.com)

Luís Campos Paulo - Arqueólogo. Museu Municipal de Arqueologia – Câmara Municipal de Albufeira (arqueologia@cm-albufeira.pt)

Tânia Falcão - Arqueóloga. Archeo'Estudos, Investigação Arqueológica Lda. (tania@archoestudos.com)

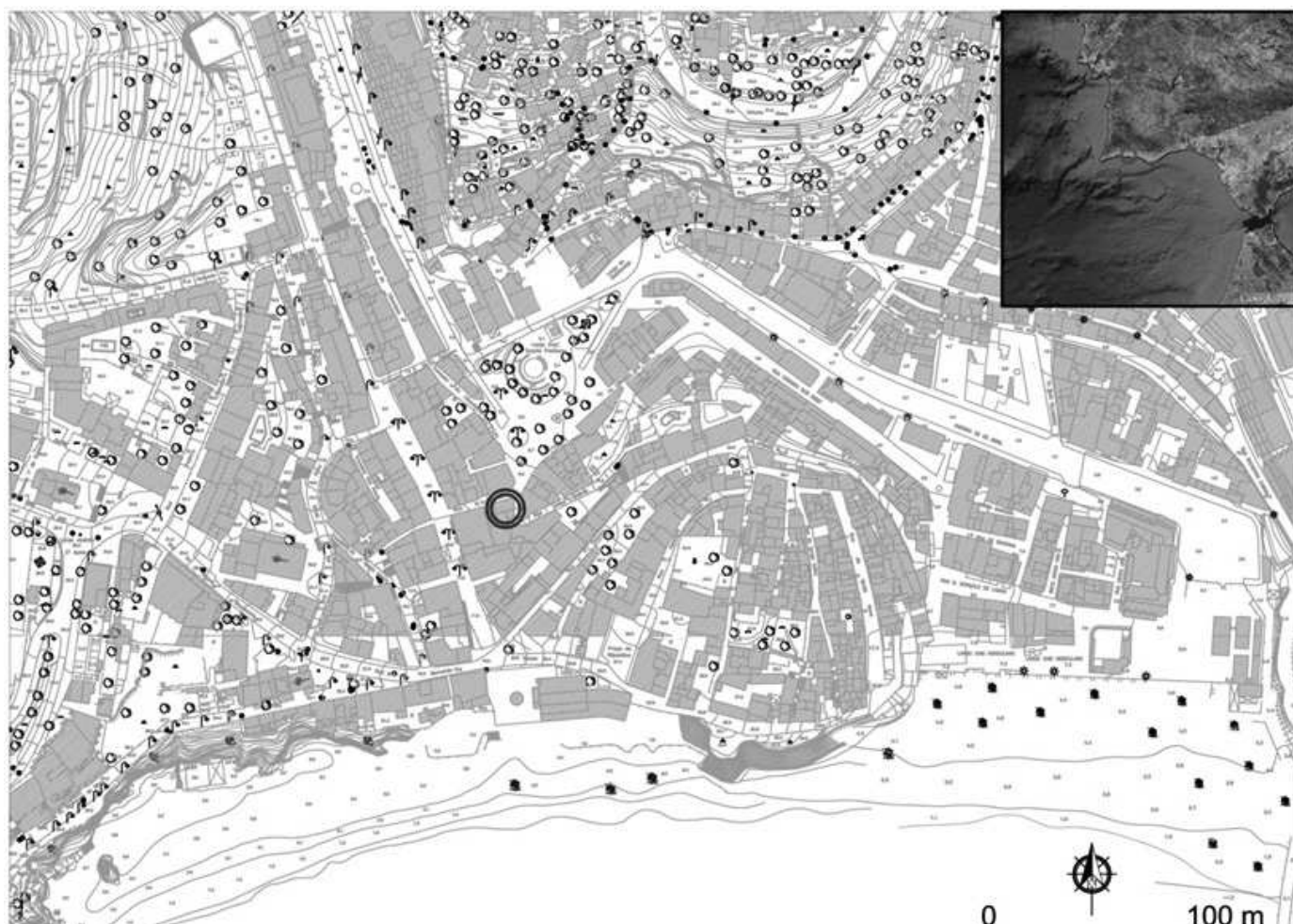


Fig. 1 – Localização da intervenção arqueológica na área urbana de Albufeira (Base cartográfica da CM Albufeira e Google Earth)

1. Considerações Prévias

Entre os dias 2 e 12 de Dezembro de 2013 foram realizados trabalhos arqueológicos no centro histórico da cidade de Albufeira, sob a coordenação científica de dois dos signatários (JN e TF) (Fig. 1).

Os trabalhos arqueológicos realizaram-se por solicitação do então IGESPAR, com o objectivo de salvaguardar a eventual existência de realidades arqueológicas preservadas. Nesse sentido preconizaram-se como medidas de minimização a

realização de sondagens arqueológicas numa área de 10 m² que abrangessem a totalidade da zona do projecto e o acompanhamento arqueológico de todas as movimentações de terras e demolições, caso se verificassem. Embora o plano de trabalhos e o parecer da tutela não incluíssem sondagens parietais, a equipa de arqueologia aproveitou o facto do reboco da parede tardoz estar degradado, para proceder à picagem parcial dessa parede, com resultados bastante satisfatórios do ponto de vista científico.

2. Metodologia

A escavação manual realizada no imóvel sito na Rua Joaquim Manuel Mendonça Gouveia n.º 7-9 foi efectuada segundo o modelo desenvolvido por P. Barker (1993) e E. Harris (1997) (Fig. 2). As unidades estratigráficas (UE) foram removidas por ordem inversa à da sua formação, quer esta fosse de origem natural (depósitos) ou antrópica (estruturas positivas, estruturas negativas, depósitos, etc). Para cada uma dessas unidades estratigráficas foi preenchida uma ficha de caracterização da mesma. Foi também realizado o registo fotográfico e gráfico à escala 1:20 das mesmas.



Fig. 2 – Vista do exterior do imóvel, a partir da Rua Joaquim Manuel Mendonça Gouveia

O espólio arqueológico foi recolhido e ensacado por tipo (cerâmica, metal, osteológico ou outro), acompanhado de uma ficha identificativa do contexto arqueológico em que o mesmo surgiu (UE, etc.). As sondagens foram numeradas de 1 a 3, sendo que a numeração das unidades estratigráficas foi independente para cada sondagem, iniciando-se pela centena correspondente (ex: S. 1 – UE 100, S. 2 – UE 200).

O estudo dos materiais arqueológicos, recolhidos nas diferentes sondagens arqueológicas efectuadas, passou essencialmente pela elaboração de um inventário geral, que tinha por base uma caracterização sumária do espólio arqueológico identificado. Previamente à contagem e estudo dos materiais, estes foram devidamente lavados e marcados. A marcação dos materiais obedeceu aos seguintes critérios: identificação do sítio, ano e unidade estratigráfica (RJMMG.13.UE).

Conforme foi referido anteriormente, embora o plano de trabalhos não contemplasse a picagem paredes, a equipa de arqueologia aproveitou o facto de o reboco da parede tardoz (sul) estar degradado para proceder à sua picagem parcial.

A metodologia utilizada seguiu o proposto por Caballero Zoreda (2006, 33-43) e com as devidas adaptações fruto de condicionantes da obra e do local. Com o auxílio de um escopro e de um ponteiro procedeu-se à picagem controlada da parede, tendo sido possível colocar a descoberto todo o contorno de um arco e as diferentes fases de construção e reconstrução que este elemento sofreu. Foi atribuída uma unidade a cada uma das diferentes realidades identificadas, com fotografia-pormenor de cada uma delas. Esta informação foi depois sistematizada numa ficha de unidade estratigráfica, para melhor interpretação e compreensão.

3. Sondagens arqueológicas

A sondagem 1, com as dimensões de 2x2 m, foi implantada na área mais a norte, junto da fachada do imóvel, com as seguintes coordenadas: M= -10649.96 P= -286437.43, M= -10620.32 P= -286435.41, M= -10648.35 P= -286435.07, M= -10647.98 P= -286437.04 (Fig. 3).

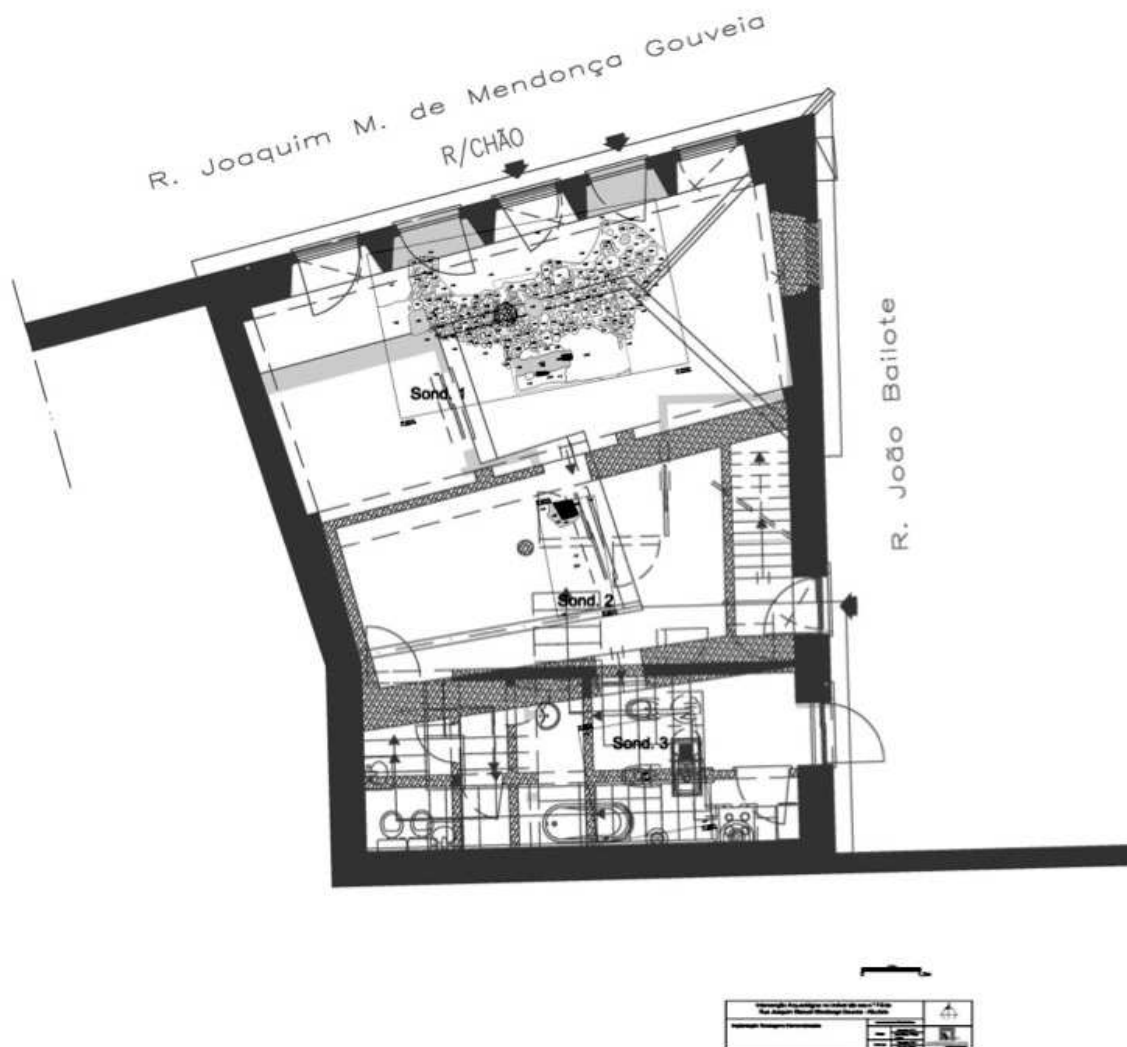


Fig. 3 – Levantamento arquitectónico com implantação das sondagens arqueológicas

Em primeiro lugar foi retirada a camada superficial [UE 100]. Esta unidade era composta por betonilha, muito compacta e de elevada resistência, com uma espessura variável entre os 8 e os 11 cm, destacando-se a inclusão de blocos calcários de grandes dimensões que reforçavam a betonilha. Sob esta unidade, foi identificada uma terra de cor castanha clara (UE 101), heterogénea, desagregada e de matriz arenosa, constituída por entulhos do século XX: cabides e sacos de plástico, lixo variado, cerâmica de construção, latas, pregos, madeira, nódulos de cimento, vidro, azulejo, etc. Juntamente com este entulho, foi recolhido um meio real de dez soldos, do reinado de D. João I (1385-1433), sendo o provável

local de cunhagem Évora, embora a letra se encontre bastante danificada. Sob a UE [101] foi identificada uma estrutura (muro) ao qual foi atribuída a UE [102]. Este muro apresentava-se já degradado e o seu aparelho era constituído por tijolo e pedra calcária, sendo argamassado a cimento. Cronologicamente esta construção insere-se na segunda metade do séc. XX.

Ainda sob a UE [101], foram identificadas algumas pedras dispostas de forma organizada, na sua maioria seixos do rio e calcários, formando uma calçada (Fig. 4). Esta estrutura apresentava uma inclinação no sentido Sul-Norte (sendo a zona mais a Norte aquela que possuía uma cota mais baixa), prolongando-se



Fig. 4 – Pormenor da calçada (UE 103), identificada na Sondagem 1

para lá dos limites iniciais da sondagem. Segundo nos parece, este troço de via datará do período Moderno. A nossa afirmação baseia-se nos seguintes pressupostos: 1. Nenhum dos prédios existentes na Rua Joaquim Manuel Mendonça Gouveia ou na área envolvente aparentam ser mais antigos do que finais do século XIX, inícios do séc. XX, pelo que a sua construção é claramente posterior ao período de utilização da via; 2. Actualmente a Rua Joaquim Manuel Mendonça Gouveia tem um eixo Este-Oeste, diametralmente oposto ao da estrutura ora encontrada que, conforme referido, tem um eixo Norte-Sul; 3. Os materiais arqueológicos encontrados sob a estrutura, nas UE [104] e UE [105], são cronologicamente enquadráveis com a Época Moderna (séc. XVI-XVIII).

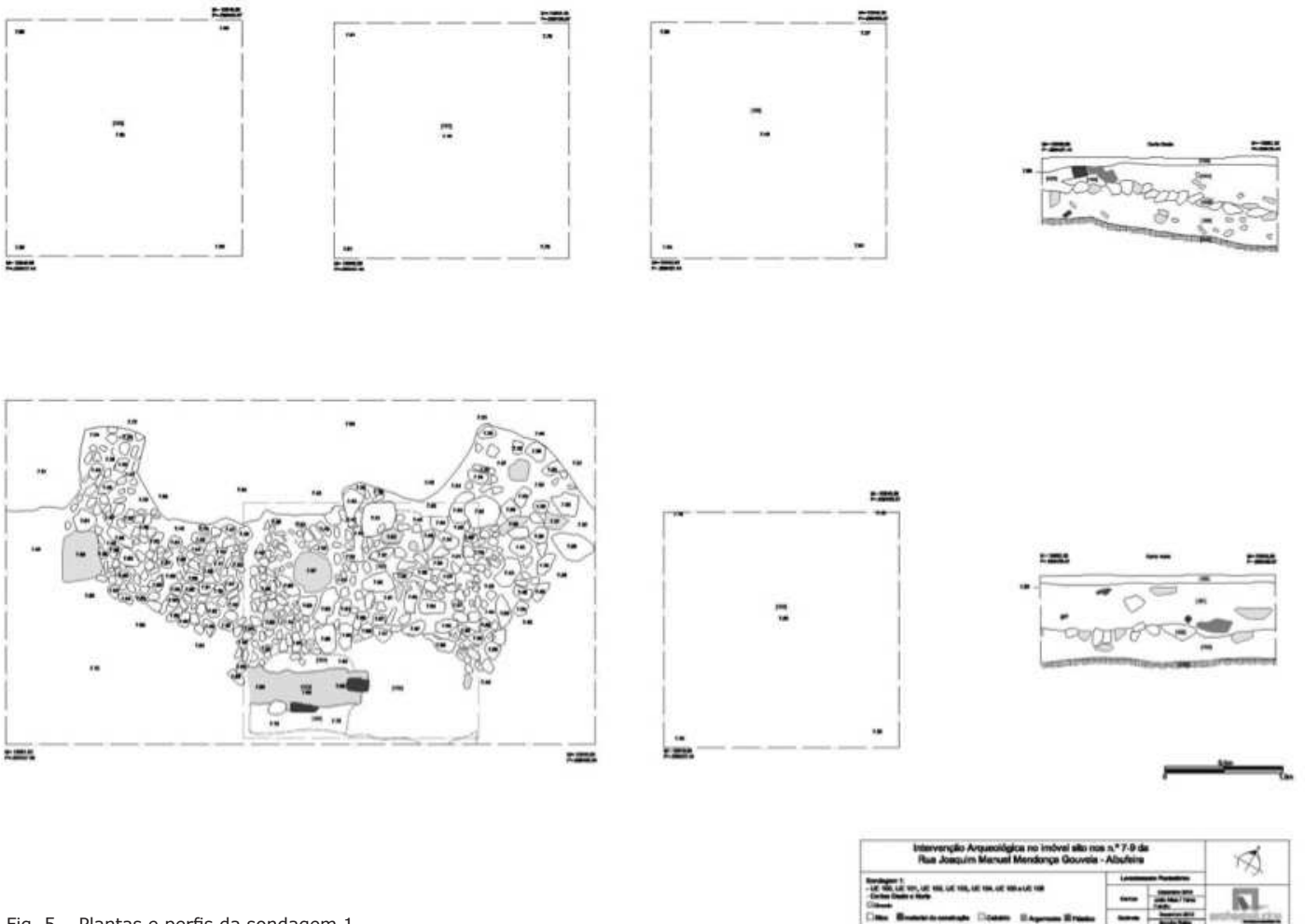


Fig. 5 – Plantas e perfis da sondagem 1

Intervenção Arqueológica no imóvel sito nos n.º 7-9 da Rua Joaquim Manuel Mendonça Gouveia - Albufeira	
Sondagem 1: - UE 103, UE 104, UE 105, UE 106, UE 107, UE 108, UE 109, UE 110 e UE 111	Localização Planimétrica
<input type="checkbox"/> Muro <input type="checkbox"/> Estrutura de construção <input type="checkbox"/> Cisterna <input type="checkbox"/> Cisterna <input type="checkbox"/> Cisterna	Legenda Escala Nível do terreno Nível da obra Nível da rua

Os seixos do rio serão provenientes da ribeira de Albufeira existente a poucos metros, no actual Largo Eng. Duarte Pacheco e que hoje encontra-se encanada. Alguns blocos calcários, de maior dimensão, parecem servir de limite à via que tem uma largura máxima de 4,5 m. A implantação das sapatas da fachada do edifício e a construção de uma conduta de saneamento (séc. XX), identificada na sondagem 2 e cujo traçado foi depois perceptível durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico, afectaram bastante a calçada. Após a remoção dos depósitos [104] e [105], surgiu o afloramento rochoso (calcário).

A sondagem 2, de 1x2m, foi implantada nas coordenadas M= -10648.63 P= -286439.23, M= -10649.59 P= -286439.40, M= -10648.28 P= -286441.19, M= -10649.25, P= -286441.36 (Fig. 5). Apenas foi possível identificar um depósito UE [200], que se caracteriza por ser uma terra castanha escura, homogénea, com cerâmica comum, cerâmica vidrada, cerâmica de construção, faiança, vidros, fauna mamalógica e malacológica. Os materiais são enquadráveis com a Época Moderna/ Contemporânea. Nesta sondagem foi identificada uma caixa de saneamento (UE 201), em cimento e tijolo, que assenta sobre o afloramento rochoso UE [202]. Esta estrutura destruiu parte da calçada identificada na sondagem 1 UE [103].

Junto à parede tardoz foi implantada uma sondagem de 2x2 m, nas coordenadas - M= -10648.91 P= -286443.34, M= -10646.94 P= -286442.98, M= -10646.56 P= -286444.95, M= -10648.55 P= -286445.32, à qual se atribuiu a designação de sondagem 3.

Após limpeza, verificou-se que esta zona tinha uma reduzida potência estratigráfica. De facto, apenas no canto NO existia alguma potência estratigráfica, sendo escavado um depósito com cerca de 20 cm (UE 300). Esta situação prende-se com a pendente do afloramento (UE 301), que nesta área, está a uma cota mais elevada (8,47 m), em oposição com a sondagem 1, onde a cota mais baixa é de 7, 16 m. À semelhança da Sondagem 2, os materiais arqueológicos enquadram-se no período Moderno/ Contemporâneo.

4. Análise dos materiais

O conjunto cerâmico exumado é de uso doméstico,

maioritariamente cerâmica de cozinha e recipientes de servir à mesa. O tipo mais abundante é o pote, seguido de panelas, alguidares, caçoilas e cântaros. A técnica de fabrico dominante é o torno rápido e cozedura oxidante. Os acabamentos das superfícies são na maioria alisados e/ou engobados (Fig. 6).

Os fragmentos indeterminados pertencem a bojós e / ou panças, fundos e alguns bordos dos quais não foi possível determinar a forma. Os fundos são planos à excepção de um que é discoidal. Alguns possuem marcas de fogo.

As pastas são vermelhas, compactas e porosas. Algumas apresentam vacúolos e elementos não plásticos de grão fino a médio, nomeadamente calcites e micas de frequência média. Destacamos o bordo de caçoila com pega triangular e o bordo de caçoila com asa horizontal.

O conjunto de cerâmica de pastas claras é pouco expressivo. São na maioria compactas de cor bege, com calcários e chamote pequenos a médios de pouca a média frequência.

De referir ainda a presença de 3 fragmentos de cerâmica de engobe vermelho alaranjado, onde se destaca um fragmento brunido, com decoração reticulada, com cronologias entre o século XVI e o século XVII.

A cerâmica vidrada é o segundo grupo mais expressivo em todo o conjunto. As pastas são na maioria vermelhas e beges, compactas e depuradas, sendo algumas porosas. Apresentam micas e calcites pequenas e



Fig. 6 - Materiais cerâmicos recolhidos durante a intervenção arqueológica

pouco abundantes. O vidroado pode surgir em ambas as superfícies ou apenas em uma delas. São na maioria espessos e aderentes, pouco brilhantes em tons de verde-claro, verde-escuro, castanho e amarelo melado. As formas são nomeadamente de pratos/tigelas e um alguidar com bordos extrovertidos retos e fundos planos e um discoidal.

As faianças exumadas são em número reduzido, sendo apenas possível identificar 3 formas pertencentes a pratos. As pastas são pouco compactas com calcites pequenas e de frequência média, de cor bege e verniz espesso e pouco aderente de cor branco leitoso. A decoração pode surgir em ambas as superfícies ou apenas em uma delas. No entanto temos no conjunto fragmentos onde ela é inexistente. São passíveis de identificação motivos vegetalistas e fitomórficos em tons de azul. Destacamos um fragmento de bordo de prato com duas bandas em tons de verde e laranja e um padrão geométrico em azul. Este fragmento individualiza-se de todo o conjunto pois tem uma cronologia relativamente recente (séc. XX).

Depois de analisados todos os grupos cerâmicos, foi possível identificar materiais que se enquadram nos finais do século XVI até aos inícios do século XVIII. No entanto, não é de excluir a possibilidade de alguns fragmentos terem cronologias anteriores, visto que algumas formas e técnicas de fabrico subsistem ao longo de vários séculos.

5. Sondagem parietal

Os dados recolhidos nas fichas de unidade estratigráfica elaboradas no campo, permitem-nos identificar as seguintes UE (Fig. 7):

UE 1 – Arranjo construtivo do arco e do entaipamento do mesmo, com tijolo e cimento, existindo situações similares noutros pontos da cidade. Apontamos como cronologia o último quartel do século XX (Fig. 8).

UE 2 – Dois arranjos pontuais: um no entaipamento do arco (UE 3) e outro no exterior do mesmo (UE 4). Estes pequenos remendos datarão da segunda metade do século XX, não sendo de excluir a hipótese de contemporaneidade com a UE 1.

UE 3 – Entaipamento do arco, através da utilização de terra e pedra de dimensão variada, com fiadas irregulares. Esta situação foi utilizada em Albufeira, para reparações e



Fig. 7 – Levantamento parietal realizado na parede sul do imóvel

reconstruções no período pós-terramoto de 1755 (Paulo, 2009).

UE 4 – Reparação de parede, com pedras de tamanho irregular e revestimento com argila. Esta solução foi utilizada na reparação da antiga Igreja Matriz de Albufeira (Santa Maria), bastante afectada pelo terramoto de 1755 (Fig. 9), facto esse que haveria de resultar na construção de uma nova Igreja Matriz (Paulo, 2009, 12).

UE 5 – Arco de volta perfeita que se preserva, original, com uma altura de aproximadamente 2 m. Foi alvo de reparações pós-terramoto de 1755. Possui uma argamassa esbranquiçada como ligante, que poderá não ser a original. Os blocos calcários que o compõem



Fig. 8 – Decomposição das Unidades Estratigráficas identificadas no levantamento parietal

estão bem aparelhados e trabalhados. A parte superior foi afectada pela colocação de uma placa de betão no 1.º andar. Desconhecemos a funcionalidade do edifício a que pertenceria este arco, embora consideramos que tenha cronologia medieval ou moderna.

6. Albufeira e o arrabalde ocidental. Contributos para o seu conhecimento

O núcleo primitivo que originou a actual cidade de Albufeira ergueu-se em elevação denominada por Cerro do Castelo, que se dispõe junto ao mar e que era circundada por uma ribeira com o mesmo topónimo, conferindo-lhe um aspecto de península. Estas características naturais de defesa foram reforçadas durante o período Medieval Islâmico quando se



Fig. 9 – Parede da antiga Igreja Matriz de Albufeira (Paulo, 2009)

construíram as muralhas que protegiam a área da então *Medina* (Fig. 10).

A investigação que um de nós (LCP) tem vindo a desenvolver sobre a Arqueologia e a evolução urbana da Cidade de Albufeira desde as origens ao século XVIII, revelou até ao momento que a ocupação humana até à época muçulmana centrava-se, essencialmente, na zona denominada por Bairro de Santa Ana e a colina genésica, ou seja, na zona de confluência entre o mar e a referida ribeira de Albufeira.

A documentação histórica evidencia que na área ocidental do núcleo amuralhado desenvolveu-se um arrabalde que cresceu ao longo da arriba marítima e entre duas vias de comunicação que faziam a ligação à então vila medieval. Uma que vinha de Portimão, passando pela zona do Pátio e Cerro da Piedade, e outra que vindo de Norte acompanhava o percurso junto à ribeira de Albufeira, passava por Vale Paraíso, Vale de Santa Maria e seguiria sensivelmente pela actual Rua 5 de Outubro. A expansão e criação desta área urbana fora das muralhas deverá ter sido um processo que se iniciou na época cristã, apesar de não se excluir uma ocupação de menor dimensão no período islâmico, sobretudo na sua fase final, que se concentraria mais próximo da porta de acesso ao núcleo amuralhado denominada por Porta da Praça (*Bab al-Garb*), mas para a qual ainda não existe informação arqueológica suficiente. Esta entrada de acesso directo, era defendida por duas torres de planta quadrangular, sendo ainda visível uma delas, conhecida por Torre do Relógio e que sofreu obras de



Fig.10 – Imagem aérea da cidade de Albufeira com a localização dos espaços urbanos e toponímia (Base cartográfica do Google Earth).

remodelação em 1846 que a altearam e dotaram-na de um sistema com sino (Amado, 1993, 14, 15). Foi nesta entrada que estaria colocada uma placa apotropaica do período califal, descoberta pelo Padre José Manuel Semedo Azevedo na década de sessenta do século XX, aquando das obras de construção do primeiro grande estabelecimento turístico de Albufeira, o Hotel Sol e Mar, marcando o início de transformação de uma pequena povoação piscatória para um dos principais centros turísticos da região (Azevedo, 1963, 42).

Na verdade são ainda escassos os testemunhos históricos e arqueológicos que contribuam para o conhecimento da origem e desenvolvimento do arrabalde ocidental, pelas escassas intervenções arqueológicas realizadas nesta parte da área urbana ou as que efectivamente se concretizaram, foram executadas em vias públicas ou noutros contextos muito perturbados por operações urbanísticas contemporâneas. São relativamente frequentes encontrar alguns materiais, sobretudo cerâmicos medievais e modernos, geralmente muito

fragmentados e sem depósitos associados.

Na obra sobre os sistemas defensivos do reino do Algarve da autoria de Alexandre Massai, datada de 1621, é representada planta da muralha medieval e regista-se igualmente a existência do arrabalde Oriental, ou seja, de uma estrutura urbana consolidada.

Certo é que nos séculos XVI-XVII há a referência da existência de construções nesta área, destacando-se a Igreja de São Sebastião, templo que apresenta alguns elementos arquitectónicos que se enquadram na Baixa Idade Média, mas que, à semelhança da maioria dos edifícios públicos, fora objecto de sucessivas operações de reconstrução, sendo que a maior realizou-se possivelmente na sequência do terramoto de 1755. Desconhece-se a data da edificação, mas sabe-se da sua existência a 21 de Fevereiro de 1608, quando a chancelaria da Ordem de Avis concede provisão à confraria de São Sebastião (ANTT, Ordem de Avis, Lv. 10, fl. 148).

A configuração da malha urbana que hoje conseguimos

reconhecer é compatível com a estrutura da época moderna, apesar de diversas alterações ulteriores. A criação de longas ruas mais ou menos paralelas entre si, cortadas por outras transversais, sugere herança desse período. A existência de espaços abertos de sociabilidade propícios à eclosão de manifestações comerciais como praças ou largos (Gaspar, 1985, 134). Tal é o caso da actual praça Miguel Bombarda em frente à Igreja de São Sebastião onde se celebrava a festa religiosa de comemoração da aparição do santo nas ruas de Albufeira e, simultaneamente, se realizava a 4 de Fevereiro a feira franca, confirmada por D. Afonso VI, por esta ser concretizar “há muitos annos” (ANTT, Chancelaria de D. Afonso VI, Lv. 44, fl. 318v).

Outro espaço presente nas cidades e vilas medievais são o rossio. O seu nome deriva do latim *ressiduus* e designa zona não cultivada nem construída, tratando-se de um espaço periférico e que se destinava a diversas actividades como feiras, criação de animais domésticos e pastagens de bestas de carga, para treino militar, entre outras (Beirante, 2008, 181). Em Albufeira ainda hoje subsiste o topónimo Rossio na extremidade poente do arrabalde ocidental, afastado cerca de 400 metros do núcleo intramuros, que até ao início do século XX era utilizado para o gado pastar.

Na verdade ainda não nos é possível determinar com precisão os limites deste núcleo urbano periférico. Este passaria sensivelmente entre a zona do Rossio e a nova Ermida de Santa Ana construída após o terramoto de 1755, em substituição da anterior que ficava no arrabalde oriental designado por Bairro de Santa Ana.

Na realidade são escassas as intervenções arqueológicas neste sector da cidade. Desta forma os trabalhos realizados na rua Joaquim Manuel Gouveia Mendonça Gouveia, n.º 7-9, assumiu especial importância, visto que são os primeiros testemunhos de uma ocupação urbana. O crescimento da cidade para esta zona estará relacionado com a via de ligação ao núcleo amuralhado que se realizava vindo de Norte. Os trabalhos no âmbito do Levantamento do Património Arqueológico realizados pela equipa do Museu Municipal em 2007, permitiu identificar sector da via em calçada localizada no Vale de Santa Maria (CNS 34358). Esta dirigia-se da actual entrada da cidade de Albufeira para a Rua 5 de Outubro. Esta artéria sempre foi uma das mais importantes ruas

da malha urbana fora das muralhas, sendo até à década de 70 do século XX, a principal via de entrada e de saída de Albufeira.

Antes do período conturbado da implantação da República, que dotou esta artéria com aquele topónimo, a designação desta era Rua Direita. Como salienta Jorge Gaspar, a rua Direita ou rua directa é um dos elementos a partir do qual se desenvolvia o crescimento peri-urbano, muitas das vezes herança de um antigo caminho de acesso à porta principal da muralha da cidade (1985, 134).

Com efeito, deste sempre se considerou que esta via teria sido o primitivo acesso ao núcleo amuralhado. No entanto, os trabalhos de acompanhamento arqueológico realizados na rua 5 de Outubro no âmbito das obras de requalificação urbana designados por URBCOM, não registaram quaisquer testemunhos de ocupação anterior aos séculos XVIII e XIX, apesar de se ter observado a elevada afectação de operações urbanísticas de saneamento básico realizadas na segunda metade do século XX e, claro, do grande impacto topográfico que as obras de criação do túnel de acesso à praia da autoria do Engenheiro Duarte Pacheco, e que se tornou num projecto marcante para a afirmação do Turismo de Albufeira.

A particularidade da informação histórica decorrente de trabalhos arqueológicos realizados no âmbito de medidas de minimização de impacto de operações urbanísticas, limitam-nos, por vezes o conhecimento geral de determinada área da cidade, sobretudo quando aqueles são escassos, como é o caso deste sector da cidade de Albufeira. Contudo os resultados da presente intervenção arqueológica, apesar da área ser muito limitada, revelaram-se de especial importância.

Foram identificados diversos testemunhos que demonstram uma ocupação urbana consolidada datada dos finais XVI ao século XVIII, não sendo, no entanto, possível, determinar uma relação directa entre vestígios identificados com um arruamento secundário do arrabalde ou com a denominada Rua Direita, apesar das fortes probabilidades. Por outro lado, verifica-se que este último eixo viário, que se julgava que havia sido sobreposto pela actual Rua 5 de Outubro, provavelmente dispunha-se a cotas mais baixas, próximo e ao longo da ribeira de Albufeira, onde hoje se ergue conjunto de edificado, e que apenas futuros trabalhos arqueológicos poderão esclarecer.

- AMADO, A., 1993, Roteiros Histórico Monumentais da Cidade de Albufeira, Câmara Municipal de Albufeira, Albufeira
- AZEVEDO, J.M.S., 1963, Albufeira Medieval, Bracara Augusta, vol. XIV-XV, pp. 41-44
- BARKER, P., 1993, Techniques of Archaeological Excavation, Routledge, Londres
- BEIRANTE, M. A., 2008, Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora, O Ar da Cidade, Ed. Colibri, Lisboa
- CABALLERO ZOREDA, L., 2006, Arqueologia de la Arquitectura, Revista Estudos/Património, n.º 9, Ed. Ministério da Cultura, Lisboa, pp. 33-43
- GASPAR, J., 1985, A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e do desenvolvimento funcional, La ciudad hispanica durante los siglos XIII a XVI, tomo I, Madrid, Universidad Complutense, pp. 134-147.
- HARRIS, E., 1997, Principles of Archaeological Stratigraphy, Academic Press, Nova Iorque.
- PAULO, L. C., 2009, Trabalhos Arqueológicos na Igreja de Santa Maria (Albufeira) – Relatório Final, Gabinete de Arqueologia do Museu Municipal de Albufeira (Texto policopiado)
- 2014, A descoberta de uma torre medieval da muralha de Albufeira, Al-madan online, 2ª série, n.º 19, tomo 1, pp. 155-160